

NÃO É SÓ A REFORMA POLÍTICA, SÃO OS DIREITOS SOCIAIS!

Sonia Fleury

As manifestações evoluíram como uma espiral, ampliando a cada momento o número e a diversidade de participantes, incluído, a partir da redução da tarifa dos transportes, demandas diversificadas, embora tendo como costura comum a cobrança de direitos que estavam sendo desrespeitados. Uma pauta coletiva, envolvendo direitos cidadãos à saúde, educação, transporte e segurança de qualidade foi-se afunilando ao longo do tempo.

A desconfiança nas instituições públicas e privadas ficou patente, e, por trás das reivindicações de direitos denegados, a multidão exigia o aprofundamento da democracia, por meio de processos decisórios transparentes e participativos, nos quais as prioridades coletivas não fossem constantemente solapadas pelos interesses empresariais. Para isso, foi exigido dos governantes vir a público e, pela primeira vez, prestar contas de seus atos nos contratos para o transporte público. Alguns até iniciaram um processo de maior controle social nessa área, enquanto outros procuraram, com a redução das tarifas, fechar as possibilidades de desvendar as relações comprometedoras entre governos e concessionárias. Mas a sociedade não desistiu de abrir a caixa preta desses e outros contratos para as obras dos megaeventos e reforma urbana.

Processos decisórios abertos, participação e controle social, prestação de contas, separação entre governo e interesses privados, punição para as práticas de corrupção, prioridade para as demandas coletivas, atenção de qualidade e respeito dos direitos cidadãos, pelos serviços públicos e pela polícia; essa foi a voz do povo levantada em todo o país.

A perplexidade diante das manifestações mostrou a incapacidade das elites intuírem que a produção simbólica de uma sociedade de espetáculo poderia levar o povo a perceber que algo estava errado. Predominava até então o discurso que incensava os avanços do país onde todos pertencem à classe média, as instituições democráticas são sólidas, as favelas foram pacificadas, os megaeventos serão um grande sucesso atraindo investimentos internacionais.

A população, entretanto, é submetida no cotidiano a violência institucional. Diante desse contraste o espetáculo mudou de lado, foi para as ruas, dizer que quer que as escolas funcionem e os alunos aprendam, que os serviços de saúde atendam os pacientes com dignidade e com capacidade de resolução de suas demandas, que os profissionais sejam respeitados e bem remunerados, que a polícia proteja os cidadãos, que os transportes públicos funcionem.

As autoridades públicas reagiram desde um descaso elitista inicial, esperando que tudo se resolvesse pela repressão ou pelo cansaço, passando depois a um hiperativismo histérico e errático, aprovando leis emperradas no Congresso, expedindo mandato de prisão atrasado, lançando a proposta de reforma política por uma constituinte exclusiva ou por plebiscito. Por fim, a resposta a todas essas demandas foi canalizada para a reforma política, antecedida por um plebiscito onde a população manifestará suas preferências em relação ao voto distrital, financiamento público, suplentes de senadores, fim das coligações e do voto secreto.

Por trás dessa iniciativa está o pressuposto de que os problemas atuais decorrem da incapacidade do governante aprofundar as mudanças em função das amplas coalizões com partidos conservadores que é forçado a realizar para assegurar a governabilidade. Muito se tem escrito sobre o presidencialismo de coalizão, algumas vezes para apreciar a estabilidade institucional que proporcionou e outras para criticar a manutenção das elites políticas tradicionais no domínio do Congresso. No entanto, atribuir a uma reforma eleitoral o poder de responder ao complexo quadro de crise de confiança e legitimidade é seguramente, uma visão estreita do problema e uma solução aquém das expectativas. Até porque, não fica claro porque o presidencialismo de coalizão impediu os governantes de dar prioridade ao atendimento das demandas sociais.

Seguramente a reforma política é uma agenda pendente, apesar de que ela não poder ser resumida a uma reforma eleitoral. Impossível esquecer a voz das ruas e suas demandas por maior participação política. Apesar de a maior mudança recente no sistema político ter sido fruto da iniciativa popular legislativa, com a aprovação da Lei da Ficha Limpa, na proposta encaminhada pela Presidente ao Congresso a demanda por uma nova regulamentação do artigo 14 da Constituição não foi incluída. Essa revisão deveria propor a redução do número de assinaturas na iniciativa popular legislativa ao mesmo para criação de partidos; a definição de prioridade para tramitação de iniciativa popular legislativa; a introdução do recall; a possibilidade de convocação de referendo e plebiscito por iniciativa popular, o estabelecimento de áreas nas quais a decisão legal deveria passar necessariamente por convocação da aprovação da população.

Dessa forma, a agenda institucional se aproximaria um pouco das demandas populares. A possível aprovação da destinação dos royalties do Petróleo para as áreas de saúde e educação é alvissareira, embora não assegure redução de outros recursos, mas restariam pendentes questões não menos importantes como uma reforma tributária que tivesse como objetivo reduzir a carga tributária paga pelos mais pobres e aumentar a dos mais ricos, tornando o sistema tributário progressivo e justo, e o estabelecimento de uma política econômica onde a preservação da estabilidade fiscal tivesse o mesmo peso da manutenção do contrato social com a garantia dos direitos sociais dos cidadãos.